

Prospecto de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 10.381.075/0001-13

Código ISIN: BRMTNECTF008

Distribuição pública de até 412 (quatrocentas e doze) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da primeira emissão (“Quotas” e “Primeira Emissão”, respectivamente) do Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Fundo”), totalizando um montante de até:

R\$412.000.000,00

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 391/03, conforme alterada (“Instrução CVM n.º 391”), tem por objetivo preponderante obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, mediante a aquisição de ações, debêntures ou bônus de subscrição conversíveis ou permutáveis em ações, e/ou outros títulos e valores mobiliários que estejam previstos na legislação em vigor e que sejam conversíveis ou permutáveis em ações (“Valores Mobiliários”), de emissão da Multiner S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida Almirante Barroso, nº 52, 19º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.935.054/0001-50 (“Companhia Alvo”).

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro (“Oferta”), a ser conduzida pela Planner Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, na qualidade de instituição administradora e distribuidora do Fundo (“Administrador”). A Primeira Emissão será composta por no mínimo 5 (cinco), e no máximo 412 (quatrocentas e doze) Quotas com preço inicial de emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma, totalizando a Primeira Emissão o montante de até R\$412.000.000,00 (quatrocentos e doze milhões de reais).

O Fundo foi constituído em 26 de setembro de 2008, através do “Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Participações FIP Vitória Multiner”, celebrado pela Vitória Asset Management S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 45, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.330.895/0001-83, o qual autorizou o início da distribuição das Quotas. O Fundo é regido Instrução CVM nº 391, pelo respectivo regulamento, esse devidamente registrado em 26 de setembro de 2008, perante o 9º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, sob o nº 1040877, tendo sido alterado através do instrumento de primeira alteração, firmado em 15 de outubro de 2008 o qual aprovou a transferência da administração do Fundo, devidamente arquivado perante o 9º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 2008, e do instrumento de segunda alteração registrado perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 768282, em 21 de outubro de 2008, e pelo “Instrumento Particular de Cessão, Alteração e Consolidação do Regulamento do Multiner Fundo de Investimento em Participações”, registrado perante o 9º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, sob o nº 1045932, em 28 de novembro de 2008 o qual consolidou o regulamento do Fundo (“Regulamento”).

A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 em 05 de novembro de 2008 sob o nº CVM/SRE/RFP/2008/063.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira, da Taxa de Administração e Taxa de Performance devida pelo Fundo, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo poderão ser registradas para distribuição primária no Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento - MDC e para negociação no mercado secundário no Sistema de Fundo Fechado – SFF, ambos operacionalizados pela Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

O Fundo não poderá operar no mercado de derivativos.

Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas páginas 13 a 15. Ainda que o Administrador e o Gestor da carteira do Fundo mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem.

“A CONCESSÃO DE REGISTRO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, EM GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO, OU DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

Administração e Distribuição

PLANNER

Gestão



Custodiante

Deutsche Bank



Empresa de Auditoria



Assessores Legais



A data deste Prospecto é 27 de novembro de 2008

1. DEFINIÇÕES	04
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	07
Características da Oferta	07
Negociação das Quotas	09
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação	10
Custos de Distribuição Pública das Quotas	10
Outras Informações.....	11
Identificação dos Auditores Independentes	12
Declaração do Administrador	12
3. FATORES DE RISCO	13
Risco Operacional da Companhia Alvo.....	13
Risco Legal	13
Risco de Mercado	14
Risco de Liquidez	14
Risco de Crédito	14
Risco de Concentração	14
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	14
Propriedade de Quotas versus. Propriedade dos Valores Mobiliários	14
Não Realização de Investimento pelo Fundo.....	15
Inexistência de Garantia de Rentabilidade.....	15
Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos	15
4. MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	16
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	16
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	16
Administração e Gestão do Fundo	16
Prestadores de Serviço do Fundo	18
Objetivo do Fundo	18
Investimentos do Fundo.....	18
Período de Investimentos e Período de Desinvestimento	19
Emissão de Novas Quotas	19
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas.....	19
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	21
Demonstrações Financeiras e Informações do Fundo.....	22
Eventos de Avaliação e Liquidação do Fundo.....	23
Assembléia Geral de Quotistas	25
Taxa de Administração, Taxa de Gestão e Encargos do Fundo.....	25
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo.....	28
Atendimento aos Quotistas	30

Anexo I – Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo, Aprovação da Primeira Emissão e Regulamento em vigor na data deste Prospecto.....	32
Anexo II – Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM nº. 400/03.....	33

1. DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	é a Planner Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, sociedade devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administradora de recursos de terceiros.
Amortização	é o procedimento de distribuição aos Quotistas das disponibilidades financeiras do Fundo, resultantes da alienação de um investimento, ou de juros ou quaisquer outros rendimentos oriundos de tais investimentos, conforme disposto no Capítulo V do Regulamento.
Assembléia Geral de Quotistas	é o órgão deliberativo máximo do Fundo, cujo funcionamento está previsto no Regulamento, no Capítulo VI.
Boletim de Subscrição	é documento que formaliza a subscrição de Quotas de emissão do Fundo pelos Quotistas.
CETIP	Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Companhia Alvo	Multiner S.A. com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida Almirante Barroso, nº 52, 19º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.935.054/0001-50
Custodiante	Deutsche Bank S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3900, 13º, 14º e 15º andares, Itaim, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001.11.
CVM	é a Comissão de Valores Mobiliários.
Dia Útil	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional.
Exigibilidade	são as obrigações e encargos do Fundo, incluindo as provisões eventualmente existentes.
Fundo	é o Multiner Fundo de Investimentos em Participações.

Gestor	é a VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 45, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.330.895/0001-83, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 9.233, expedido em 27.03.2007.
Indexador	é o valor correspondente a IGP-M acrescido de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano, desde a data da primeira integralização de Quotas.
Instrução CVM nº 391	é a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.
Instrução CVM nº 400	é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário.
Instrução CVM nº 409	é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.
Governo Federal	é o Governo Federal da República Federativa do Brasil.
Liquidação	é o procedimento a ser observado para o encerramento do Fundo, em que será apurado o valor resultante da soma das disponibilidades financeiras do Fundo, mais o valor dos ativos integrantes da carteira, mais valores a receber, menos as Exigibilidades.
Outros Ativos	são os demais títulos e ativos em que o Fundo poderá investir seus recursos, nos termos do Regulamento.
Patrimônio Líquido	é o montante constituído pela soma do disponível, mais o valor da carteira de ativos do Fundo, mais valores a receber, menos Exigibilidades.
Patrimônio Previsto	é o patrimônio previsto para o Fundo, que é de até R\$412.000.000,00 (quatrocentos e doze milhões de reais).
Período de Investimento	é o período no qual o Fundo deverá realizar investimentos na

	Companhia Alvo, nos termos do Regulamento.
Período de Desinvestimento	é o período de 3 (três) anos imediatamente seguintes ao Período de Investimento.
Prazo de Duração	é o prazo de duração total do Fundo, nos termos do Regulamento.
Quotas	são as frações ideais do patrimônio do Fundo.
Quotista	são as pessoas físicas ou jurídicas, ou comunhão de interesses, que sejam titulares de Quotas.
Regulamento	é o Regulamento do Multiner Fundo de Investimentos em Participações.
Taxa de Administração	é a taxa a que fará jus o Administrador pela execução de seus serviços, conforme previstos no Regulamento.
Taxa de Performance	é a taxa de performance devida pelo Fundo ao Gestor, nos termos do Regulamento.
Valores Mobiliários	são ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários, conversíveis ou permutáveis em ações, de emissão da Companhia Alvo, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo, nos termos do Regulamento e da Instrução CVM nº 391.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro.

A Oferta será conduzida pelo Administrador, sob o regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta, observado, ainda, que a Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Quotas, observado o patrimônio mínimo contido no Regulamento, inexistindo reservas antecipadas e lotes máximos de Quotas a ser colocada no âmbito da Oferta.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros superior a R\$ 300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) Fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores imobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas

A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391 e da Instrução CVM n.º 400/03 sob o n.º CVM/SRE/RFP/2008/063 em 05 de novembro de 2008.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Emissão

A Primeira Emissão é composta por no mínimo 5 (cinco) Quotas e no máximo 412 (quatrocentas e doze) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido, com preço inicial de emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Quota, totalizando a Primeira Emissão o montante de até R\$412.000.000,00 (quatrocentos e doze milhões de reais).

2.1.5. Preço de Emissão no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão foi fixado em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Quota, atualizada pelo Indexador desde a primeira emissão de Quotas.

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará a “Declaração de Condição de Investidor Qualificado” constante do Anexo I da Instrução CVM n.º 409/04; (ii) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (iii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de

Quotas por ele subscritas à vista; e (iv) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do patrimônio inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição de Quotas, podendo ser prorrogado pela Assembléia Geral de Quotistas. As Quotas representativas do patrimônio inicial mínimo que não forem subscritas até a data de encerramento para subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador, sendo que o Fundo não entrará em funcionamento se não tiver sido realizada a colocação de Quotas da Primeira Emissão no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

A integralização das Quotas deverá ser realizada à vista, na data da sua subscrição.

A integralização das Quotas do Fundo poderá ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED), Documento de Ordem de Crédito (DOC) de conta do Quotista, através do Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento – MDC, operacionalizado pela CETIP, ou por meio de Valores Mobiliários, sendo que, na hipótese de títulos e valores mobiliários sem cotação de mercado, estes devem ser avaliados de acordo com laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Boletins de Subscrição, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto no Regulamento e nos respectivos Boletins de Subscrição, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações, nos termos do Regulamento e dos respectivos Boletins de Subscrição.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Protocolo do pedido de registro na CVM	21 de outubro de 2008.
Data de registro na CVM	05 de novembro de 2008.
Início da Oferta - Publicação do anúncio de início	10 de novembro de 2008.
Prazo de Colocação	09 de maio de 2009. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição de Quotas, divulgado ao público após o registro da Primeira Emissão na CVM.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil da publicação do anúncio de início, e até à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos respectivos Boletins de Subscrição.

Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM nº 409.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.

Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério do Administrador.

Na hipótese de modificação significativa das condições da oferta, os investidores que já tiverem aderido à oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação do Administrador. A manutenção da aceitação será presumida em caso de silêncio.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

2.1.9. Inadequação do Investimento

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) necessitem de liquidez considerável com relação aos valores mobiliários adquiridos, uma vez que a negociação privada de Quotas de fundo de investimento em participação é restrita e apresenta baixa liquidez; (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor de energético; e (iii) demais riscos descritos no Regulamento.

2.1.10. Classificação de Risco

Não foi contratada agência classificadora de risco para análise das Quotas da presente Oferta.

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas poderão ser registradas para distribuição no mercado primário, no Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento - MDC e para negociação no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF, ambos operacionalizados pela CETIP, cabendo ao Administrador, no caso de negociação primária, e aos eventuais intermediários, no caso de negociação das Quotas no mercado secundário, assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por investidores qualificados.

As Quotas do Fundo poderão, ainda, ser transferidas, observadas as condições descritas no Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo Quotista cedente e pelo cessionário e registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sendo que as Quotas do Fundo somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização.

Os Quotistas deverão enviar ao Administrador os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de Quotas do Fundo, sempre com a indicação da quantidade e do valor das Quotas adquiridas, e devidamente registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, como condição da transferência das mesmas.

Os adquirentes das Quotas que ainda não sejam Quotistas deverão igualmente preencher o conceito de investidor qualificado, nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM nº 409, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Quotistas.

2.3. Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

O Fundo pode requerer que a CVM autorize a modificação ou revogação da Oferta, em caso de alterações posteriores, materiais e inesperadas, nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante dos riscos a serem assumidos.

Adicionalmente, o Fundo poderá solicitar à CVM a modificação da Oferta, a qualquer tempo, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do Artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o seu requerimento de modificação seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta, sob as novas condições, poderá ser prorrogado em até 90 dias.

Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores e posteriores à sua revogação serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada nos mesmos veículos usados para divulgação do anúncio de início de distribuição de Quotas, conforme disposto no Regulamento e no Artigo 27 da Instrução CVM 400 (o “Aviso ao Mercado”).

Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Aviso ao Mercado quando, passados 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens. Nesta hipótese, o Administrador presumirá que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

2.4. Custos de Distribuição Pública das Quotas

A tabela abaixo traz uma indicação dos custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

Custo	% em relação ao valor da Distribuição	Montante (R\$)
Comissão de Colocação ^(*)	0,0200%	82.400,00
Taxa de Registro na CVM	0,0201%	82.870,00
Custos com Cartório e publicações ^(**)	0,0012%	5.000,00
Consultores Legais	-	-
Total	0,0416%	170.270,00

^(*) Considerando a colocação de todas as Quotas da Oferta

^(**) Valores aproximados

Adicionalmente, os custos relativos à contratação dos auditores independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

2.5. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador ou do Gestor, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

Planner Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.900, 10° andar

São Paulo – SP

Tel.: (11)2172-2600

Fax: (11) 3078-6679

Correio Eletrônico: afigueiredo@plannercorretora.com.br

Website: www.planner.com.br

Gestor:

Vitória Asset Mangement S.A.

Rua Jerônimo da Veiga, n° 45, 10° andar

São Paulo – SP

Tel.: (11) 3595-3800

Fax: (11) 3595-3829

Correio Eletrônico: julio.cardozo@vitoriaasset.com.br

Website: www.vitoriaasset.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

ou

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

ou

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo - SP

Website: www.cetip.com.br

2.6. Identificação dos Auditores Independentes

2.6.1. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço, serão a KPMG Auditores Independentes:

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33

São Paulo – SP

At.: Sr. Pedro Zago

Tel.: (11) 2183-3290

Fax: (11) 2183-3001

Correio Eletrônico: pzago@kpmg.com.br

Website: www.kpmg.com.br

2.7. Declaração do Administrador e Distribuidor

Nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400, o Administrador, representado na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição administradora e distribuidora do Fundo, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto.

3. FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor ou do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

Não obstante os cuidados a serem empregados pelo Administrador, e pelo Gestor, na implantação da política de investimentos descrita no Regulamento, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sujeitos a determinados riscos inerentes aos setores de negócios da Companhia Alvo, além de aspectos ambientais, técnicos e de licenciamento relacionados, não podendo o Administrador, o Custodiante ou o Gestor, em hipótese alguma, serem responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira, ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas. Adicionalmente, os investimentos do Fundo estarão sujeitos a riscos dos emitentes dos títulos integrantes da carteira do Fundo e a riscos de crédito, de modo geral.

O Administrador, ou o Gestor, no que concerne à gestão dos ativos do Fundo, não podem, em hipótese alguma, serem responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira, ou por eventuais prejuízos por ocasião de Liquidação do Fundo, salvo em casos de dolo ou culpa.

Os investimentos do Fundo sujeitam-se aos riscos inerentes à concentração da carteira e de liquidez e à natureza dos negócios desenvolvidos pela Companhia Alvo em que serão realizados os investimentos. Tendo em vista estes fatores, os investimentos a serem realizados pelo Fundo apresentam um nível de risco elevado quando comparado com outras alternativas existentes no mercado de capitais brasileiro, devendo o investidor que decidir aplicar recursos no Fundo estar ciente e de pleno conhecimento que assumirá por sua própria conta os riscos envolvidos nas aplicações.

Os principais riscos a que o Fundo está sujeito, pelas características dos mercados em que investe, são:

3.1. Risco Operacional da Companhia Alvo

Por ser um investimento caracterizado pela participação na Companhia Alvo, todos os riscos operacionais da Companhia Alvo incorrerem, no decorrer da existência do Fundo, são também riscos operacionais do Fundo, uma vez que o desempenho do mesmo decorre da atividade da referida empresa.

3.2. Risco Legal

É o risco ligado à possibilidade de interferências legais aos projetos da Companhia Alvo que interfiram em sua performance, em detrimento do patrimônio do Fundo. Outro risco legal abordado diz respeito às demandas judiciais que porventura a Companhia Alvo venha a ser ré, tais como indenizações por desapropriações, prejuízos a propriedades particulares e danos ambientais.

3.3. Risco de Mercado

É o risco ligado à possibilidade da variação da taxa de juros ou do preço dos ativos do Fundo, durante o período de um investimento. Esta variação do valor dos ativos do Fundo é repassada ao valor da Quota e conseqüentemente à rentabilidade do Fundo, podendo gerar baixa valorização ou supervalorização do patrimônio. Outra forma de risco incorrida pelo Fundo diz respeito às condições econômicas gerais, tanto nacionais como internacionais, as quais por sua vez podem afetar tanto o nível das taxas de câmbio e de juros quanto os preços dos papéis em geral. Tais sobressaltos nas condições de mercado impactam as expectativas dos agentes econômicos, gerando conseqüências sobre os ativos que compõem a carteira de títulos do Fundo.

3.4. Risco de Liquidez

Os ativos que compõem, e que venham a compor, a carteira do Fundo podem passar por períodos de menor volume de negócios em seus mercados, dificultando a execução de ordens de compra/venda, impactando a formação dos preços desses ativos.

3.5. Risco de Crédito

Os títulos e Outros Ativos que compõem a carteira ou que venham integrar a carteira do Fundo estão sujeitos ao risco de crédito do Governo Federal. O risco de crédito refere-se à possibilidade de não recebimento dos juros e/ou principal dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que compõem ou que venham integrar a carteira do Fundo, com conseqüente impacto negativo na rentabilidade.

3.6. Risco de Concentração

Consiste no risco do Fundo aplicar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido em ativos da Companhia Alvo.

3.7. Restrições ao Resgate e Amortização de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo é constituído sob forma de condomínio fechado e, portanto, só admite o resgate de suas Quotas ao término do prazo de duração do Fundo. A distribuição de resultados e a amortização de Quotas serão realizadas em conformidade com as regras previstas no Regulamento, observadas as orientações da Assembléia Geral de Quotistas. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, poderão realizar a venda de suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições do Regulamento. Considerando que o investimento em quotas de fundos de investimento em participação é um produto novo, o mercado secundário para negociação de tais quotas apresenta baixa liquidez, e não há garantia de que os Quotistas conseguirão alienar suas Quotas pelo preço e no momento desejados.

3.8. Propriedade das Quotas versus a Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas a propriedade direta sobre tais Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas que detém no Fundo.

3.9. Não Realização de Investimento pelo Fundo

Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento na Companhia Alvo pode não ser condizente com o esperado pelo Quotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização dos mesmos.

3.10. Inexistência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo na Companhia Alvo que apresentem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite que seja determinado qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para o Fundo.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.11. Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos

O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante os mercados financeiro e de mercado de capitais brasileiro. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar suas políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional.

A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação da Companhia Alvo ou nos ativos financeiros e títulos integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

O Quotista assume todos os riscos decorrentes da política de investimento adotada pelo Fundo, ciente da possibilidade de realização de operações que coloquem em risco o patrimônio do Fundo e ao ingressar no Fundo, declara expressamente que tem ciência destes riscos, inclusive a possibilidade de perda total dos investimentos, não podendo o Administrador, o Custodiante e/ou o Gestor, em hipótese alguma, serem responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira, ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas do Fundo, sendo que tal declaração constará do Boletim de Subscrição.

4. MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção “Definições” deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Multiner Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM nº 391, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 7 (sete) anos, contados da data da primeira emissão de Quotas do Fundo.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da CVM nº 409.

Somente podem adquirir as Quotas do Fundo, os investidores considerados como qualificados nos termos da Instrução CVM 409, quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros superior a R\$ 300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) Fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores imobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo de cada investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo é de R\$1.000.000,00 (em milhão de reais). Não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54.

O diretor do Administrador, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. Carlos Arnaldo Borges de Souza, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade R.G. nº. 13.931.434-9 SSP-SP, inscrito no CPF

sob nº. 006.031.278-51, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Itaim, diretor estatutário do Administrador, para representação do Fundo perante a CVM.

Respeitados os limites estabelecidos no Regulamento, o Administrador, sem prejuízo de suas responsabilidades, delegou ao Gestor todos os poderes necessários para exercer todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e/ou outros ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive o direito de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais e especiais da Companhia Alvo, observadas as disposições do Regulamento e da legislação aplicável, bem como praticar todos os atos necessários à gestão da carteira do Fundo, assim entendidos os de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, observadas as limitações impostas pelo Regulamento e demais disposições aplicáveis, cabendo-lhe, ainda, implementar as orientações de investimento do Fundo aprovadas pela Assembleia Geral de Quotistas, conforme previsto no Regulamento.

4.3.2. Gestor

O Fundo será gerido pela Vitória Asset Management S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 45, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.330.895/0001-83, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 9.233, expedido em 27.03.2007.

A administração do Fundo e da carteira do Fundo será exercida pelo Administrador e pelo Gestor, respectivamente, através de mandato outorgado pelos Quotistas, outorga esta que se considerará expressamente efetivada pela assinatura aposta pelo Quotista no Boletim de Subscrição por ocasião da primeira subscrição de Quotas do Fundo.

4.3.3. Renúncia e/ou descredenciamento do Administrador e do Gestor

O Administrador, ou o Gestor, poderão renunciar à administração e/ou gestão, conforme o caso, do Fundo, mediante aviso prévio de no mínimo 60 (sessenta) dias, endereçado a cada um dos Quotistas e à CVM.

A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o Administrador ou o Gestor, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade de administrador de carteira de valores mobiliários.

Na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, ficará o Administrador obrigado a convocar Assembleia Geral de Quotistas para eleição do substituto do Administrador, ou do Gestor, conforme o caso, sendo também facultado aos Quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas a convocação da Assembleia Geral de Quotistas.

Na hipótese de descredenciamento do Administrador, ou o Gestor, conforme o caso, o Administrador ficará obrigado a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Quotistas para eleição do respectivo substituto, que deverá ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, sendo também facultado aos Quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas a convocação da Assembleia Geral de Quotistas.

No caso de renúncia, o Administrador, ou o Gestor, conforme o caso, deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo disposto nesse item. Caso os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, não indiquem nova instituição administradora, ou gestora, conforme o caso, até 60 (sessenta) dias, contados da comunicação da renúncia, ou nenhuma instituição assuma efetivamente todos os deveres e

obrigações do Administrador, ou do Gestor, conforme o caso, nesse prazo, o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a Liquidação antecipada do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente para deliberar sobre a Liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá automaticamente à Liquidação antecipada do Fundo.

Nos casos de renúncia e destituição do Administrador, ou do Gestor, estes continuarão recebendo, até a sua efetiva substituição ou Liquidação antecipada do Fundo, a Taxa de Administração estipulada no Regulamento, calculada *pro rata temporis* até a data em que exercer suas funções.

Nos casos de renúncia ou destituição do Gestor, além da Taxa de Administração indicada no item acima, o Gestor deverá receber a correspondente Taxa de Performance, pelo período que prestou serviços ao Fundo, apurada com base no valor do Patrimônio Líquido atualizado, somado aos resultados distribuídos aos Quotistas que ultrapassar o patrimônio inicial do Fundo, atualizados pelo IGP-M, acrescido da taxa fixa de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano.

4.4. Prestadores de Serviço do Fundo

4.4.1. Custodiante

Os serviços de custódia, controladoria e escrituração das Quotas serão prestados pelo Deutsche Bank S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3900, 13º, 14º e 15º andares, Itaim, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001.11.

4.5.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização do capital investido, a longo prazo, em carteira de Valores Mobiliários, participando do processo decisório da Companhia Alvo, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do conselho de administração, observada a política de investimento constante do Capítulo IV do Regulamento.

4.6. Investimentos do Fundo

4.6.1. O Fundo poderá aplicar até 100% (cem por cento) da sua carteira do em Valores Mobiliários emitidos pela Companhia Alvo.

4.6.2. O que não for investido na Companhia Alvo poderá ser mantido em moeda corrente nacional, ou aplicado livremente pelo Fundo em (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e (b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil. (“Outros Ativos”).

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, rendimentos e quaisquer outros direitos oriundos das ações da Companhia Alvo, que componham a carteira, recebidos pelo Fundo, serão distribuídos diretamente aos Quotistas, desde que verificada a viabilidade operacional para tanto, e não serão incorporados ao patrimônio do Fundo, exceto se deliberado de forma diversa pelos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas.

O Fundo não poderá operar no mercado de derivativos.

4.7. Período de Investimentos e Período de Desinvestimento

O Período de Investimento do Fundo será de 4 (quatro) anos a contar da data da primeira subscrição de Quotas do Fundo, não podendo ocorrer novos investimentos na Companhia Alvo após este período, salvo aprovação da Assembleia Geral de Quotistas.

Nos 3 (três) anos seguintes ao Período de Investimento, os investimentos poderão ser liquidados de forma ordenada, conforme critério estabelecido pela Assembleia Geral de Quotistas, e o produto resultante será obrigatoriamente utilizado para amortização das Quotas do Fundo; sendo certo que os investimentos do Fundo poderão ser liquidados a qualquer tempo, inclusive durante o Período de Investimento, conforme aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, na forma do Regulamento.

A Assembleia Geral de Quotistas poderá encerrar antecipadamente ou prorrogar o Período de Investimento e o Período de Desinvestimento. O Período de Investimento, ou o Período de Desinvestimento poderão ser alterados ou prorrogado por até 2 (dois) períodos adicionais de 1 (um) ano cada, conforme aprovado pela Assembleia Geral de Quotistas.

4.8. Emissão de novas Quotas

Emissões de novas Quotas somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas.

4.9. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.9.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e pertencem a uma única classe, sendo que todas terão forma nominativa, serão escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização e de resgate em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

A propriedade das Quotas do Fundo será evidenciada pelo correspondente registro do nome do Quotista no livro de registro de Quotistas do Fundo ou na conta de depósito de Quotas aberta em nome do Quotista, conforme o caso.

4.9.2. Patrimônio Inicial do Fundo

O patrimônio inicial do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por, no mínimo, 5 (cinco) Quotas, e, no máximo, 412 (quatrocentas e doze) Quotas.

O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando a Primeira Emissão o montante de, no mínimo, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e de, no máximo, R\$412.000.000,00 (quatrocentos e doze milhões de reais).

4.9.3. Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, e que tenham sido devidamente subscritas e integralizadas ao final de cada dia, observadas as normas contábeis aplicáveis ao.

4.9.4. Direito de Voto

Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas.

4.9.5. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do patrimônio inicial deverão ser totalmente subscritas pelos Quotistas até a data de encerramento para subscrição da Primeira Emissão, podendo tal prazo ser prorrogado na hipótese de anuência da CVM.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará a “Declaração de Condição de Investidor Qualificado” constante do Anexo I da Instrução CVM nº 409; (ii) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (iii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, mediante assinatura, no mesmo ato, do Boletim de Subscrição, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iv) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Regulamento e no Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do patrimônio inicial que não forem subscritas até a data de encerramento para subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador, sendo que o Fundo não entrará em funcionamento se não tiver sido realizada a colocação de Quotas da Primeira Emissão no valor correspondente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Na hipótese de o Fundo não entrar em funcionamento pelo fato descrito acima, as Quotas já integralizadas serão resgatadas compulsoriamente.

4.9.6. Integralização das Quotas da Primeira Emissão

A integralização das Quotas do Fundo será efetuada à vista, na data de subscrição, e poderá ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED), Documento de Ordem de Crédito (DOC) de conta do Quotista, através do Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento – MDC, operacionalizado pela CETIP, ou por meio de Valores Mobiliários, sendo que, na hipótese de títulos e valores mobiliários sem cotação de mercado, estes devem ser avaliados de acordo com laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

4.9.7. Negociação das Quotas

As Quotas poderão ser registradas para distribuição no mercado primário, no Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento - MDC e para negociação no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF, ambos operacionalizados pela CETIP, cabendo ao Administrador, no caso de negociação primária, e aos eventuais intermediários, no caso de negociação das Quotas no mercado secundário, assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por investidores qualificados.

As Quotas do Fundo poderão, ainda, ser transferidas, observadas as condições descritas no Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo Quotista cedente e pelo cessionário e registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sendo que as Quotas do Fundo somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização.

Os Quotistas deverão enviar ao Administrador os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de Quotas do Fundo, sempre com a indicação da quantidade e do valor das Quotas adquiridas, e devidamente registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, como condição da transferência das mesmas.

Os adquirentes das Quotas que ainda não sejam Quotistas deverão igualmente preencher o conceito de investidor qualificado, nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM nº 409, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Quotistas.

4.10. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

Na liquidação, total ou parcial, de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo integrantes da carteira do Fundo, o produto oriundo de tal alienação poderá ser destinado à Amortização de Quotas, de acordo com as seguintes regras:

- I. se o desinvestimento ocorrer durante o Período de Investimento, o Administrador poderá amortizar as Quotas no valor total dos recursos obtidos ou reter parte ou a totalidade dos recursos para seu reinvestimento, conforme deliberado pela Assembléia Geral de Quotistas, na forma do Capítulo VI do Regulamento;
- II. na hipótese da venda da participação, total ou parcial, ocorrer durante o Período de Desinvestimento, os recursos obtidos serão obrigatoriamente destinados à Amortização de Quotas;
- III. o Administrador poderá, mesmo durante o Período de Investimentos, reter uma parcela dos recursos oriundos da liquidação de Valores Mobiliários integrantes da carteira do Fundo correspondente a 3% (três por cento) do valor do Patrimônio Líquido, para fazer frente aos encargos do Fundo;
- IV. qualquer Amortização abrangerá todas as Quotas do Fundo e será feita na mesma data a todos os Quotistas, proporcionalmente a quantidade de Quotas que cada um possui, mediante rateio das quantias sempre em espécie, a serem distribuídas pelo número de Quotas existentes e serão pagas aos Quotistas em até 10 (dez) dias corridos, contados da data do efetivo ingresso dos recursos respectivos no Fundo.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, rendimentos e quaisquer outros direitos oriundos das ações da Companhia Alvo, que componham a carteira, recebidos pelo Fundo, serão distribuídos diretamente aos Quotistas, desde que verificada a viabilidade operacional para tanto, e não serão incorporados ao patrimônio do Fundo, exceto se deliberado de forma diversa pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas.

Sem prejuízo das demais disposições desse item, mediante deliberação devidamente aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas, o Administrador poderá amortizar Quotas com ativos do Fundo.

4.11. Demonstrações Financeiras e Informações do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas das do Administrador e do Gestor, bem como do Custodiante e do depositário eventualmente contratados pelo Fundo.

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá à soma algébrica de seu disponível com o valor da carteira de investimentos, mais os valores a receber, menos as suas Exigibilidades.

Os ativos e passivos do Fundo, incluindo a sua carteira de investimentos, serão apurados com base nos princípios gerais de contabilidade brasileiros e normas aplicáveis, inclusive para fins de provisionamento de pagamentos, despesas, encargos, passivos em geral e eventual baixa de investimentos.

Além do disposto no parágrafo anterior, a apuração do valor contábil da carteira de investimentos do Fundo será realizada pelo Custodiante, com base em seu Manual de Precificação, disponível no endereço eletrônico da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (www.anbid.com.br).

A metodologia de precificação dos Valores Mobiliários constantes da carteira do Fundo que não sejam negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado deverão ser avaliados, a critério do Administrador, entre os seguintes:

- I. Custo de aquisição;
- II. Último valor patrimonial do título divulgado à CVM;
- III. Valor econômico-financeiro, a ser determinado por empresa independente especializada, mediante laudo próprio; ou
- IV. Nos caso dos Valores Mobiliários resgatáveis, pelo custo de aquisição atualizado pela sua remuneração.

O exercício social do Fundo coincide com o ano civil.

O Administrador deverá enviar à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos, e aos Quotistas, as seguintes informações:

- I. trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

(a) o valor do patrimônio líquido do Fundo; e

(b) o número de Quotas emitidas;

II. semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

(a) a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;

(b) demonstrações contábeis do Fundo, acompanhadas da declaração a que se refere o inciso VII do Artigo 6º do Regulamento;

(c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor; e

(d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira.

III. anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

(a) as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer do auditor independente;

(b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período; e

(c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

O Administrador e o Gestor deverão divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, salvo com relação a informações sigilosas referentes a Companhia Alvo, obtidas pelo Administrador, ou pelo Gestor, sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da respectiva companhia.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

O Administrador se compromete, ainda, a disponibilizar em sua sede aos Quotistas as informações constantes nesse item.

4.12. Eventos de Avaliação e Liquidação do Fundo

Serão considerados eventos de avaliação do Fundo, quaisquer das seguintes ocorrências:

I. no caso do Fundo possuir Valores Mobiliários conversíveis em ações ordinárias da Companhia Alvo, e os Quotistas não tenham deliberado sobre a sua conversão até 30 (trinta) dias antes da data limite para a conversão desses ativos; e

- II. no caso da Companhia Alvo decidir realizar uma oferta pública de ações e os Quotistas não tenham deliberado, em até 30 (trinta) dias antes do início das negociações das ações de emissão da Companhia Alvo em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, se o Fundo irá, ou não, alienar suas ações de emissão da Companhia Alvo, assim como a forma como esse desinvestimento será realizado.

Na ocorrência de qualquer dos eventos de avaliação acima listados, o Administrador convocará, imediatamente, Assembleia Geral de Quotistas, a qual decidirá, de forma unânime, se o referido evento de avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação do Fundo, assim como se haverá Liquidação do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados; ou (ii) os procedimentos que deverão ser adotados pelo Administrador e/ou pelo Gestor caso o evento de avaliação não seja considerado um evento de Liquidação antecipada. Caso a Assembleia Geral de Quotistas não decida sobre o evento de avaliação, assim como os procedimentos a serem realizados pelo Administrador e/ou pelo Gestor para a continuidade do Fundo, o Administrador deverá liquidar o Fundo, nos termos abaixo.

No caso de a Assembleia Geral de Quotistas deliberar que qualquer dos eventos de avaliação constitui um evento de Liquidação antecipada do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que tratam o item abaixo, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral de Quotistas, podendo a Assembleia Geral de Quotistas que considerar um evento de avaliação como um evento de Liquidação antecipada do Fundo, deliberar sobre os procedimentos relacionados à Liquidação do Fundo, independentemente de qualquer notificação aos Quotistas ausentes à referida Assembleia Geral de Quotistas.

Sem prejuízo no disposto no Regulamento, o Fundo entrará em Liquidação ao final do Prazo de Duração ou de suas eventuais prorrogações.

Quando da Liquidação do Fundo por força do término do Prazo de Duração, o Administrador deverá iniciar a divisão do Patrimônio Líquido entre os Quotistas, observadas as suas participações percentuais no Fundo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, observado o disposto nesse item.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador deverá promover o encerramento do Fundo, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da Liquidação foram disponibilizados aos Quotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao seu encerramento perante quaisquer autoridades.

Mediante aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, a Liquidação do Fundo será feita de uma das formas a seguir, sempre levando em consideração a opção que atenda da melhor maneira aos interesses dos Quotistas:

- I. venda em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, observado o disposto na legislação aplicável;
- II. exercício, em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, de opções de venda, negociadas pelo Administrador, quando da realização dos investimentos; ou
- III. entrega aos Quotistas de títulos e valores mobiliários negociados em mercado organizado de bolsa ou de balcão ou nos mercados financeiros, bem como de Valores Mobiliários da Companhia Alvo, integrantes da carteira do Fundo na data da Liquidação.

Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Na hipótese de, nos 6 (seis) meses anteriores ao término do Prazo de Duração do Fundo, ainda subsistirem ativos na sua carteira, o Gestor, conforme orientação da Assembléia Geral de Quotistas, envidará seus melhores esforços para vender esses ativos, estando cientes os Quotistas, desde já, dos eventuais riscos e prejuízos eventualmente advindos da adoção deste procedimento.

No caso da ocorrência de um evento de avaliação, conforme item acima, e a Assembléia Geral de Quotistas não decida se o evento de avaliação resultará na Liquidação antecipada do Fundo, assim como os procedimentos a serem realizados pelo Administrador e/ou pelo Gestor para a continuidade do Fundo, o Gestor deverá liquidar os ativos do Fundo através de uma das formas constantes do item acima, buscando sempre a melhor rentabilidade para os Quotistas.

Caso, ao final do Prazo de Duração do Fundo, existam ativos remanescentes com difícil liquidação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, o Gestor, conforme orientação da Assembléia Geral de Quotistas, deverá envidar seus melhores esforços para negociá-los, sem o repasse de sua titularidade aos Quotistas.

Na ocorrência desse evento, será convocada Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a extinção do Fundo.

Caso os Quotistas optem pela extinção do Fundo após o último ano de funcionamento do Fundo, e ainda existam ativos remanescentes, o Gestor, conforme orientação da Assembléia Geral de Quotistas, por um período de 1 (um) ano, envidará seus melhores esforços para realizar a venda dos ativos ilíquidos.

4.13. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos no Capítulo VI do Regulamento.

4.14. Taxa de Administração, Taxa de Gestão e Encargos do Fundo

4.14.1. Taxa de Administração

Como remuneração aos serviços de administração e gestão de que trata o Regulamento, é devido pelo Fundo ao Administrador e ao Gestor, o montante equivalente a 0,45% a.a. (zero vírgula quarenta e cinco por cento ao ano) sobre o valor do Patrimônio Líquido.

A Taxa de Administração será apropriada diariamente, à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

A Taxa de Administração será paga mensalmente pelo Fundo diretamente ao Administrador, no último Dia Útil de cada mês, sendo que a primeira Taxa de Administração devida será paga no último Dia Útil do mês da primeira integralização de Quotas e as demais no último Dia Útil dos meses subseqüentes.

A Taxa de Administração será distribuída entre o Administrador, o Gestor e demais prestadores de serviços na forma que vier a ser por eles estabelecida em documento próprio.

Da Taxa de Administração prevista neste item fica assegurado ao Administrador o recebimento da seguinte remuneração:

- I. O valor mínimo de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) mensais;
- II. O valor do inciso (i) acima será acrescido de (a) R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para cada companhia investida adicional à segunda investida, se houver; e (b) R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais para contratação de seguro para o Administrador;
- III. Para implementação das decisões tomadas em reunião formal ou Assembléia Geral de Quotistas extraordinária, ou durante o processo de estruturação ou reestruturação do Fundo, se houver, será devida uma remuneração adicional equivalente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Administrador, de "relatório de horas" ao Gestor;
- IV. Os valores previstos nos incisos I, II, e III acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGPM a partir de 01 de novembro de 2008 e serão acrescidos dos impostos incidentes sobre a remuneração do Administrador (ISS/PIS/COFINS/IRRF/CSLL na fonte).

4.14.2. Taxa de Performance

Além da Taxa de Administração, o Fundo cobrará Taxa de Performance auferida em virtude do resultado do Fundo, equivalente a 10% (dez por cento) da rentabilidade das Quotas distribuída aos Quotistas, já deduzidas todas as taxas e despesas pagas pelo Fundo, inclusive a Taxa de Administração, que exceder a variação mensal do Indexador, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = 10\% [VD - (Cc - VDa)], \text{ onde } P > 1$$

Sendo

VD = Valor a ser distribuído aos Quotistas a título de amortização ou resgate de Quotas pelo Fundo ou a título de dividendos diretamente pela Companhia Alvo, bruto da Taxa de Performance;

Cc = Soma de todas as integralizações de Quotas feitas pelos investidores atualizadas desde as respectivas datas de recebimento pelo Fundo pelo Indexador;

VDa = Soma de todos os valores já distribuídos aos Quotistas a título de amortização de Quotas pelo Fundo ou a título de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações ou rendimentos diretamente pela Companhia Alvo, até o momento de cálculo da Taxa de Performance, atualizados desde as respectivas datas de pagamento pelo Fundo pelo Retorno Preferencial.

A Taxa de Performance será paga ao Gestor na data de cada distribuição de resultados aos Quotistas do Fundo, em decorrência de amortização ou resgate de Quotas pelo Fundo ou da distribuição de dividendos diretamente pela Companhia Alvo.

O pagamento da Taxa de Performance ao Gestor será efetuado diretamente pelo Fundo.

Para efeito de cálculo da variação do IGP-M, será considerada a variação positiva ou negativa deste índice ocorrida entre as datas de cada integralização de Quotas pelos respectivos Quotistas e a do Dia Útil anterior ao pagamento das distribuições aos Quotistas, calculada tal variação *pro rata die* e utilizando-se sempre o índice relativo ao mês imediatamente anterior a cada um daqueles eventos, em razão do prazo de divulgação do referido índice.

4.15.3. Outros Encargos

Constituem encargos do Fundo:

- I. quaisquer despesas referentes à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- II. quaisquer despesas referentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou Liquidação do Fundo, no limite de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- III. a Taxa de Administração e a Taxa de Performance;
- IV. os honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria das demonstrações contábeis do Fundo;
- V. as custas, honorários de advogados e despesas correlatas em geral, incorridas para a defesa dos interesses do Fundo, em juízo e fora dele, inclusive eventual condenação imputada ao Fundo;
- VI. as taxas, impostos e contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- VII. o registro de documentos, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas na regulamentação pertinente e no Regulamento;
- VIII. as correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- IX. os emolumentos e comissões pagas sobre operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo;
- X. as despesas e prejuízos eventuais não cobertos por apólice de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador;
- XI. os prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos entre bancos;
- XII. taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo; e
- XIII. as despesas com a contratação de terceiros para prestação de serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, limitadas a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), em cada exercício social.

Quaisquer despesas não previstas nos incisos I a XIII acima como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração, até o limite desta, sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido sub-contratados pelo Administrador.

4.16. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.16.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento nas Quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas tomará por base (i) a residência dos Quotistas: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate das Quotas; e (c) a amortização das Quotas.

I. Quotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 (“Quotistas Qualificados”), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade (“Paraíso Fiscal”).

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

4.16.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo FIP estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do FIP são isentos do Imposto de Renda.

4.21. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Administrador:

Planner Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

São Paulo – SP

Tel.: (11) 2172-2600

Fax: (11) 3078-6679

Correio Eletrônico: afigueiredo@plannercorretora.com.br

Website: www.planner.com.br

Gestor:

Vitória Asset Mangement S.A.

Rua Jerônimo da Veiga, nº 45, 10º andar

São Paulo – SP

Tel.: (11) 3595-3800

Fax: (11) 3595-3829

Correio Eletrônico: julio.cardozo@vitoriaasset.com.br

Website: www.vitoriaasset.com.br

5. ANEXOS

ANEXO I AO PROSPECTO

**Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo, Aprovação da Primeira Emissão e
Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto**

ANEXO II AO PROSPECTO

DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, na qualidade de instituição administradora e distribuidora do **MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** (“Fundo”), vem, nos termos do art. 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da distribuição pública da primeira emissão de quotas do Fundo (“Oferta”) e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) assegura que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o presente Prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2008.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
Administrador do
MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES